

Congresso generoso

Dinheiro público financia carros para parlamentar

BRASILIA — O Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) está financiando a compra de carros usados ou zero quilômetro para parlamentares e funcionários do Legislativo com recursos do contribuinte. Todos os congressistas receberam esta semana carta do presidente do IPC, deputado Domingos Juvenil (PMDB-PA), com uma oferta irrecusável: preço à vista dividido em até 30 prestações mensais, corrigidas apenas pelo índice da caderneta de poupança. As concessionárias de Brasília só financiam a metade do valor da compra, e em apenas 12 pagamentos.

No caso dos funcionários, o Instituto poderá financiar a compra do carro em até 48 meses. "Isso pode até ser legal, mas revela um privilégio imoral", protesta o deputado Raul Pont (PT-RS), que encaminhou pedido à consultoria jurídica da Câmara para ver se é possível impugnar a generosidade do IPC. Embora as condições do contrato pareçam juridicamente perfeitas, já que os recursos serão corrigidos pela poupança, Pont argumenta que a lei que criou o IPC não previu esse benefício. Criado em 1963 e reformulado 19 anos depois pela Lei

7.087, os estatutos do IPC preveem concessão de pensões, auxílio-doença e auxílio-funeral. "O financiamento de automóveis é no mínimo incorreto."

O caráter imoral da concessão deste tipo de privilégio está, na avaliação do deputado, no fato de que o instituto é subvencionado pelo Tesouro. "O orçamento do Congresso este ano destina Cr\$ 27,8 bilhões ao IPC", lembra o deputado. A fórmula de financiamento é a transferência de um crédito no valor da compra à concessionária, pelo Banco do Brasil. Além do valor total do crédito, o IPC receberá o equivalente a 2% do empréstimo, a título de ressarcimento de operações financeiras.

Se os 503 deputados e 81 senadores resolverem comprar um carro de Cr\$ 30 milhões, o IPC terá que pagar Cr\$ 17 bilhões às concessionárias. Para Pont, seria mais produtivo se o Tesouro usasse os Cr\$ 28 bilhões na Previdência Social, pois a quantia é suficiente para pagar 121.739 aposentados que recebem salário mínimo.

"O mais grave é que os 35 deputados do PT tentaram se desligar do IPC e não conseguiram", denuncia. O instituto tem caráter público. Os parlamentares não são sócios voluntários, mas segurados obrigatórios. Pont se queixa do desconto: o instituto, que considera "imoral", lhe consome 10% dos subsídios pagos pela Câmara, ou quase Cr\$ 1 milhão.